



EDITORIAL

É com muita satisfação que apresentamos o número 56 (Edição de 2020/1) da Revista BARBARÓI, vinculada agora ao Departamento de Ciências, Humanidades e Educação, da Universidade de Santa Cruz do Sul.

A Revista BARBARÓI constitui um espaço editorial das Ciências Humanas e Sociais, das Ciências da Saúde e da Filosofia. Tem compromissos com a reflexão teórica e atualizada de temas de interesse que se cruzam nas áreas da Filosofia, da Psicologia, da Enfermagem, do Serviço Social, da Antropologia, da Sociologia, da Ciência Política, do Planejamento Urbano, da Demografia e do Desenvolvimento Regional. Nesse sentido, a BARBAROI promove o debate interdisciplinar, com intuito de contribuir para o desenvolvimento dos saberes, publicando resultados de pesquisas, ensaios, revisões bibliográficas, relatos de experiências, nas áreas de conhecimento indicadas.

Nesta quinquagésima sexta edição, colaboraram pesquisadores de diferentes áreas de saber. São quinze artigos que apresentam análises e reflexões relacionadas às áreas do serviço social, da saúde, da educação, da ética nas ciências humanas e sociais, das políticas habitacionais.

O artigo que abre o número, escrito por **Lindamar Alves Faermann** e **Angela Michele Suave**, tem como título “Tempos de colapso, tempos de lutas: contribuições do trabalho educativo no serviço social”. Nele, a autora reflete sobre as possibilidades do trabalho educativo no campo profissional do Serviço Social e suas implicações ideopolíticas no cotidiano de vida dos sujeitos atendidos pelos assistentes sociais. As autoras destacam que a conjuntura brasileira, “marcada por enormes desafios decorrentes da ofensiva neoliberal” e do “avanço da extrema direita e do irracionalismo”, exige dos profissionais intervenções que recuperem e/ou privilegiem o trabalho educativo junto à população, valendo-se de mediações político-pedagógicas que contribuam com a formação de sua consciência crítica, tendo em vista a construção de ideias e de práticas contra-hegemônicas.

Na sequência, no artigo “O trabalho do assistente social e as estratégias de intervenção nos serviços de saúde de média complexidade em Timon (MA)”, **Violêta Maria da Silva**

Nolêto e Edna Maria Goulart Joazeiro analisam o trabalho do assistente social e as estratégias de intervenção implementadas no cotidiano dos serviços de saúde de Média Complexidade no município de Timon, estado do Maranhão. A reflexão das autoras é um convite para uma melhor compreensão do trabalho de assistentes sociais que, diariamente, “são chamadas a intervir num espaço marcado por múltiplas formas de saberes”, contudo profundamente tensionado “pela ampliação da demanda de atenção especializada em saúde, cuja oferta está subdimensionada em relação à disponibilidade de vagas de consultas, exames especializados e de leitos hospitalares”.

Allan Jones Andreza Silva e Daniele de Araújo Nogueira, em “O assistente social e o atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar”, analisam a atuação do assistente social em situações de violência doméstica e familiar contra a mulher. Segundo os autores, muitas mulheres vítimas de violência doméstica e familiar têm dificuldades para reconhecer sua vitimização, ocasionando deficiência na detecção pelos profissionais envolvidos no atendimento. Essa situação, argumentam, pode ser enfrentada através de diferentes estratégias de atuação, dentre as quais a “escuta qualificada e intervenção do assistente social”, a “orientação sobre direitos e garantias assecuratórias da integridade física, psicológica, patrimonial, moral e sexual da mulher em estado de vulnerabilidade, a “articulação de redes de atendimento.

Em “Serviço social e cuidados paliativos: o que sinaliza a produção científica?”, **Patrícia Barreto Cavalcanti, Claudenizia de Oliveira Pereira, Ana Paula Rocha de Sales Miranda e Carla Mousinho Ferreira Lucena** mapeiam a produção científica do Serviço Social em relação aos Cuidados Paliativos. Considerando a publicação de artigos em periódicos Qualis A1, A2 e B1 do Serviço Social (artigos em língua portuguesa) no período entre 2005 a 2018, as autoras registram que nessa bibliografia observa-se uma ênfase em temáticas que “formam uma tríade que perpassa o Serviço Social X equipe, o Serviço Social X paciente/família e o Serviço Social X viabilizador de direitos sociais”. A partir desse registro, então, as autoras destacam que há uma carência de estudos que sinalizem uma maior incursão teórica do Serviço Social sobre os Cuidados Paliativos e suas nuances.

Após esses primeiros artigos diretamente relacionados com a área do Serviço Social, na sequência são apresentados alguns artigos com temáticas direta ou indiretamente relacionadas à área da saúde.

Assim, em “Ética e políticas de pesquisa nas ciências humanas e sociais”, **Simone Maria Hüning** propõe uma reflexão sobre os limites de se pensar a ética em pesquisa na área da saúde de forma dissociada de uma política epistemológica e a partir da ênfase na

regulamentação e no controle dos procedimentos metodológicos da pesquisa. Para a autora, o modelo atual de regulamentação da pesquisa na referida área reitera a prevalência de uma lógica positivista e individualista, da qual resulta o esvaziamento da reflexão ética. Assim, enfatiza, “o engessamento em torno de procedimentos burocratizados e regulamentações” produz um “apagamento de diferenças entre distintas abordagens teóricas e epistemológicas”. A partir dessas questões, então, a autora desenvolve dois argumentos principais: a) que a ética não é passível de institucionalização e normalização; e b) que não é possível dissociar ética da política epistemológica da pesquisa. E conclui “afirmando a necessidade de um investimento intelectual e político na desnaturalização do modelo vigente de regulamentação”, em especial através da “inclusão de outros atores em um diálogo mais amplo e horizontal sobre a ética em pesquisa”.

Maria Eduarda de Carli Rodrigues, Raquel Antunes de Mello, Carla Rosane Paz Arruda Teo, Maria Elisabeth Kleba e Fátima Ferretti, no artigo “A pós-graduação como locus de formação para a docência: uma experiência com metodologias ativas de ensino-aprendizagem na área da saúde”, destacam que o perfil profissional almejado pelo Sistema Único de Saúde requer uma formação baseada na problematização e que reconheça o estudante como corresponsável pela construção do conhecimento, promovendo seu desenvolvimento para além das dimensões técnico-científica e procedimental. A partir desse pressuposto, as autoras problematizam “uma prática de ensino realizada na educação superior, a partir de um programa de pós-graduação da área da saúde, fundamentada em metodologias ativas de ensino-aprendizagem”. O objetivo da problematização, indicam as autoras, é contribuir para a reflexão quanto às possibilidades de a pós-graduação assumir um papel protagonista na formação para a docência na área da saúde.

Em “Contribuições da educação profissional na enfermagem para o enfrentamento da estigmatização associada aos transtornos mentais”, **Marcela Santos Ferreira e Maria Cecília Araujo Carvalho** analisam como a educação, durante a formação profissional, pode ser uma ferramenta de enfrentamento do estigma relacionado aos portadores de transtornos mentais. Para as autoras, a “formação profissional é um momento importante para o combate da estigmatização aos portadores de transtornos mentais”; para tanto, “é imprescindível que o ensino de saúde mental seja baseado em uma educação crítica, tenha seus conteúdos formativos adequados a um contexto antiestigmatizante e associe várias estratégias educacionais voltadas para a redução do estigma”. As autoras concluem a reflexão afirmando que a “educação profissional na enfermagem, quando em consonância com uma prática antiestigmatizante, é capaz de restringir a ação do estigma associado ao transtorno mental.

Gláucio Jorge Souza, Cilene Gomes e Valéria Regina Zanetti, em “Estratégia da Saúde da Família: a dimensão articuladora do território”, analisam aspectos do processo de implantação da Estratégia de Saúde da Família (ESF) no Brasil. Os autores destacam o valor da prática assistencial multi e interdisciplinar, da territorialização e do mapeamento como instrumentos importantes para o planejamento das ações intersetoriais e para a gestão das unidades e equipes da ESF. Para os autores, em que pese o aumento de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e das equipes da ESF em todas as regiões do país, a reorganização da Atenção Básica (AB) em saúde continua sendo um dos maiores desafios para o aperfeiçoamento da gestão e provisão dos serviços, e por isso, para as equipes de profissionais envolvidas.

Em “Obesidade, representações e categorização social”, **Ana Maria Justo, Brigido Vizeu Camargo e Andréa Barbará Silva Bousfield** analisam representações sociais e o processo de categorização social referentes à obesidade. Tomando como referência entrevistas semi-diretivas realizadas com 20 homens e com 20 mulheres, os autores destacam que diferente constituição corporal reflete em distintas representações e satisfação relativas ao corpo. Para os autores, as representações sociais relativas à obesidade se organizam em três dimensões: origem, caracterização e consequências, constituindo uma teoria de senso comum sobre o fenômeno. A forte pressão normativa contribui para a emergência de uma representação social excessivamente estereotipada e, em consequência, ainda que sejam salientes os riscos de saúde atrelados ao excesso de peso corporal, a tendência é uma não identificação com essa condição.

Jéssica Rayane dos Santos, Maria das Graças Fonseca Rocha e Maria de Fátima Sousa Lima de Carvalho, no artigo “Entre incertezas e limitações: uma análise sobre o retorno ao trabalho pós transplante renal”, analisam o retorno ao trabalho de transplantados renais. Para as autoras, a submissão ao transplante renal traz impactos positivos para os que aderem ao tratamento, sobretudo em relação à melhoria da qualidade de vida e na autonomia das atividades da vida diária. Não obstante, em relação à realização de atividades laborais o que se observa é que de um modo geral é difícil o retorno ao trabalho, mantendo-se a dependência de benefícios da seguridade social; os que conseguem algum retorno ao trabalho, o conseguem de forma gradativa, informal e sem suporte de outras políticas sociais, principalmente as relacionadas a reabilitação profissional.

E **Pricilla Braga Laskoski, Lívia Fração Sanchez, Clarice Kern Ruaro, Rafael Stella Wellausen, Silvia Pereira da Cruz Benetti e Fernanda Barcellos Serralta**, no artigo “Conjugando métodos clínico e empírico no estudo de caso de interrupção precoce em psicoterapia psicanalítica”, propõe uma análise da conjugação de métodos clínico e empírico de avaliação do processo psicoterapêutico para a compreensão dos fatores associados à

interrupção precoce em um caso de psicoterapia psicanalítica. No decorrer do artigo as autoras tematizam elementos importantes para uma melhor compreensão dos fatores relacionados com a interrupção precoce numa psicoterapia psicanalítica, tais como o incremento da resistência e da ambivalência por parte da paciente.

Acrescente-se a esses artigos relacionados à área da saúde dois relatos de experiência. No primeiro deles, “Uma proposta histórico-cultural do fazer clínico: relato de experiência em oficinas terapêuticas”, **Gilson Gomes Coelho, Ana Carolina Carvalho Arruda, Anna Lícyia Ferreira Carneiro, Eliane Soares Lima e João Henrique Oliveira** registram uma experiência de Estágio Básico em Psicologia Clínica, realizado num Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi). Os autores destacam que, no decorrer das observações, foi compreendido que existe um distanciamento entre o serviço ideal e o que é ofertado, tornando factível a correlação entre teoria e prática do psicólogo dentro da instituição, considerando que se faz necessário suscitar reflexões respaldadas em experiências pertinentes às ações desenvolvidas nestes espaços. No segundo relato (“Grupo de treinamento de habilidades sociais em um centro de atenção psicossocial”), **Nilve Junges, Flavia Pimentel Pereira e Juliana Unis Castan** registram uma experiência de um grupo de treinamento de habilidades sociais (THS) em um CAPS, desenvolvido com sete usuários com transtorno mental grave. Os autores destacam que o treinamento possibilitou o desenvolvimento de habilidades como autonomia, responsabilidade e assertividade diante de situações sociais; e, como fatores limitadores, o treinamento permitiu identificar diferenças na capacidade cognitiva que demandaram maior flexibilização e tempo para algumas propostas.

Por fim, **Helena de Moura Vogt**, em “O descompasso entre as políticas e os indicadores habitacionais no Brasil: uma análise em municípios do estado do Rio Grande do Sul”, registra que a intensa e desigual urbanização das cidades brasileiras tem se caracterizado por um recorrente déficit habitacional, advindo de um especulativo mercado imobiliário e da falta e/ou insuficiência de políticas públicas habitacionais inclusivas. A partir desse registro, a autora analisa incongruências existentes entre os objetivos das políticas habitacionais e a situação real do déficit habitacional urbano em municípios do Rio Grande do Sul. Em sua conclusão, destaca que há descompassos entre os objetivos das políticas e indicadores da real situação habitacional, evidenciando a necessidade de avaliações e monitoramento das políticas públicas no território que observem e valorizem os indicadores habitacionais dos municípios.

E **Júlio César Apolinário Maia**, em “Reminiscências da Teoria Tradicional do Currículo: um mapeamento da conjuntura norte-americana sobre o inaugurar do século XX”, apresenta uma pesquisa bibliográfica realizada com o objetivo de compreender “o sentido dado

à dinâmica curricular a partir das nuances sócio-político-culturais que se protagonizaram nos Estados Unidos da América durante o primeiro meado do século passado”. Na análise dessa temática, o autor procura evidenciar as contribuições de Dewey e Bobbit frente à Teoria Tradicional do Currículo.

Ao final deste Editorial, destacamos que, além da publicação do número referente ao segundo semestre, está prevista ainda para o ano de 2020 a publicação de um número especial, o segundo número especial dedicado ao registro da história do Departamento de Ciências Humanas na UNISC (o primeiro foi publicado no segundo semestre de 2019). Nesse número especial, a ênfase será dada ao espaço político ocupado pelos professores e professoras do Departamento de Ciências Humanas na construção de uma proposta de Universidade Comunitária (como é o caso da UNISC) no Rio Grande do Sul, bem como na sempre e necessária reflexão sobre a importância histórica e cultural da humanidades na formação universitária. Além de artigos, o número publicará entrevistas realizadas com os três últimos Reitores (professores Luiz Augusto Costa a Campis, Vilmar Thomé e Carmem Lúcia de Lima Helfer) e republicará um artigo do primeiro Reitor da UNISC (professor Wilson Kniphoff da Cruz), esse último publicado pela primeira vez no número 0 da BARBARÓI.

Reiteramos que a BARBARÓI, ainda que vinculada a uma nova unidade acadêmica da UNISC, mantém suas diretrizes de publicação, bem como suas áreas de preferência. Portanto, continuaremos com a editoração de uma Revista comprometida com a socialização de pesquisas, de reflexões, de estudos nas áreas da Filosofia, da Saúde, da Psicologia, do Serviço Social, da Antropologia, da Sociologia, da Ciência Política, do Planejamento Urbano, da Demografia, do Desenvolvimento Regional.

E fica o convite, sempre, para que acompanhem nossas publicações e para que continuem colaborando com nossas propostas de editoração.

Muito obrigado a todos e a todas e uma boa leitura.

Marco André Cadoná
Editor da BARBARÓI